

TELÊMACO BORBA -PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO
BORBA DO ESTADO DO PARANÁ - PR

Guarda Municipal
(Feminino e Masculino)

**CONCURSO PÚBLICO N.º
02/2022**

CÓD: SL-001DZ-22
7908433230083

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto; coesão e coerência textual	7
2. Fonologia: divisão silábica	20
3. Ortografia: escrita correta das palavras na norma culta; regras do Novo Acordo Ortográfico	22
4. Acentuação gráfica	22
5. Uso de crase; acentos diferenciais	23
6. Pontuação gráfica	23
7. Morfologia: Formação das palavras quanto a gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (aumentativo e diminutivo); classificação das palavras (verbo, substantivo, adjetivo, advérbio e artigo); flexão verbal e nominal	25
8. Sintaxe: identificação e classificação das funções sintáticas (sujeito, predicado, objetos (direto e indireto), adjuntos adnominais e adverbiais)	31
9. Semântica: significado das palavras de acordo com o contexto	33
10. Figuras de linguagem	34

Matemática

1. Equações 1º e 2º grau.....	41
2. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; Intervalos numéricos; Operações entre conjuntos. Potenciação e radiciação.....	43
3. Função: afim, modular, quadrática, exponenciais, logarítmica e trigonométricas; Classificação de funções: injetora, sobrejetora e bijetora; crescente e decrescente; Gráficos de funções.....	48
4. Triângulo Retângulo: relações e teorema de Pitágoras. Trigonometria: circunferência trigonométrica; arcos e ângulos; seno, cosseno e tangente.....	55
5. Sistemas de equações do 1º grau.....	58
6. Cálculos algébricos: monômios, polinômios e produtos notáveis.....	60
7. Estatística – medidas de dispersão: média, moda e mediana.....	63
8. Sequências; Progressão aritmética e progressão geométrica.....	66
9. Matrizes: adição, subtração, multiplicação e matriz oposta.....	68
10. Unidades de medida: comprimento, capacidade, massa, tempo e volume.....	71
11. Cálculo de área: medidas de superfícies; Cálculo de volume: prismas, pirâmides, cilindro, cone e esfera; Comprimento da circunferência; Área do círculo.....	74
12. Probabilidade: certeza e impossibilidade, fenômenos aleatórios, espaço amostral e evento.....	78
13. Grandezas direta e inversamente proporcionais.....	79
14. Regra de três simples e composta.....	80
15. Porcentagem.....	81
16. Juros simples e compostos.....	82
17. Resolução de problemas.....	83

Informática

1. Conceitos de informática, hardware (local de armazenamento: HDs, CDs, DVDs, Disco Removíveis como Pendrives e HDs Externos) e software (compactador de arquivos (extensão RAR e ZIP)	89
2. Ambientes Operacionais: Windows 10 Pro	91
3. Processador de texto (Word 2016)	100
4. Planilhas eletrônicas (Excel 2016)	107
5. Conceitos de tecnologias relacionadas a Internet, (Navegador Internet (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox), Webmail (Zimbra), busca e pesquisa na Web	114

Conhecimentos Gerais

1. Aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos do município de Telêmaco Borba e do Estado do Paraná	121
2. Atualidades. Cenários políticos. Movimentos sociais. Trabalho, Previdência e outras questões sociais. Ciência, Tecnologia e Inovação. Meio ambiente, Sustentabilidade e Aquecimento global. Desastres naturais e humanos. Arte e cultura. Sociedade e comportamento. Guerras, conflitos e terrorismo	137

Conhecimentos Específicos Guarda Municipal (Feminino e Masculino)

3. Conhecimento e procedimentos de proteção do patrimônio público, serviços de vigilância de logradouros e instalações públicas, ações de defesa civil, preservação da segurança e a ordem em prédios públicos, proteção ambiental, aplicação de normas de saúde, sossego, higiene, funcionalidade, ética e moralidade	139
4. Noções de direito penal (crime consumado e crime tentado, penas privativas de liberdade, legítima defesa, crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio, crimes contra a administração pública)	142
5. Lei Maria da Penha	165
6. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad	171
7. Desarmamento	183
8. Estatuto Geral das Guardas Municipais	188
9. Prevenção e combate a incêndios.....	191
10. Comunicação radiofônica.....	194

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

– Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seladas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Toda equação que puder ser escrita na forma $ax^2 + bx + c = 0$ será chamada equação do segundo grau². O único detalhe é que a , b e c devem ser números reais, e a não pode ser igual a zero em hipótese alguma.

Uma equação é uma expressão que relaciona números conhecidos (chamados coeficientes) a números desconhecidos (chamados incógnitas), por meio de uma igualdade. Resolver uma equação é usar as propriedades dessa igualdade para descobrir o valor numérico desses números desconhecidos. Como eles são representados pela letra x , podemos dizer que resolver uma equação é encontrar os valores que x pode assumir, fazendo com que a igualdade seja verdadeira.

— Como resolver equações do 2º grau?

Conhecemos como soluções ou raízes da equação $ax^2 + bx + c = 0$ os valores de x que fazem com que essa equação seja verdadeira³. Uma equação do 2º grau pode ter no máximo dois números reais que sejam raízes dela. Para resolver equações do 2º grau completas, existem dois métodos mais comuns:

- Fórmula de Bhaskara;
- Soma e produto.

O primeiro método é bastante mecânico, o que faz com que muitos o prefiram. Já para utilizar o segundo, é necessário o conhecimento de múltiplos e divisores. Além disso, quando as soluções da equação são números quebrados, soma e produto não é uma alternativa boa.

— Fórmula de Bhaskara

1) Determinar os coeficientes da equação

Os coeficientes de uma equação são todos os números que não são a incógnita dessa equação, sejam eles conhecidos ou não. Para isso, é mais fácil comparar a equação dada com a forma geral das equações do segundo grau, que é: $ax^2 + bx + c = 0$. Observe que o coeficiente “ a ” multiplica x^2 , o coeficiente “ b ” multiplica x , e o coeficiente “ c ” é constante.

Por exemplo, na seguinte equação:

$$x^2 + 3x + 9 = 0$$

O coeficiente $a = 1$, o coeficiente $b = 3$ e o coeficiente $c = 9$.

Na equação:

$$-x^2 + x = 0$$

O coeficiente $a = -1$, o coeficiente $b = 1$ e o coeficiente $c = 0$.

2) Encontrar o discriminante

O discriminante de uma equação do segundo grau é representado pela letra grega Δ e pode ser encontrado pela seguinte fórmula:

$$\Delta = b^2 - 4 \cdot a \cdot c$$

Nessa fórmula, a , b e c são os coeficientes da equação do segundo grau. Na equação: $4x^2 - 4x - 24 = 0$, por exemplo, os coeficientes são: $a = 4$, $b = -4$ e $c = -24$. Substituindo esses números na fórmula do discriminante, teremos:

$$\begin{aligned} \Delta &= b^2 - 4 \cdot a \cdot c \\ \Delta &= (-4)^2 - 4 \cdot 4 \cdot (-24) \\ \Delta &= 16 - 16 \cdot (-24) \\ \Delta &= 16 + 384 \\ \Delta &= 400 \end{aligned}$$

— Quantidade de soluções de uma equação

As equações do segundo grau podem ter até duas soluções reais⁴. Por meio do discriminante, é possível descobrir quantas soluções a equação terá. Muitas vezes, o exercício solicita isso em vez de perguntar quais as soluções de uma equação. Então, nesse caso, não é necessário resolvê-la, mas apenas fazer o seguinte:

- Se $\Delta < 0$, a equação não possui soluções reais.
- Se $\Delta = 0$, a equação possui apenas uma solução real.
- Se $\Delta > 0$, a equação possui duas soluções reais.

Isso acontece porque, na fórmula de Bhaskara, calcularemos a raiz de Δ . Se o discriminante é negativo, é impossível calcular essas raízes.

3) Encontrar as soluções da equação

Para encontrar as soluções de uma equação do segundo grau usando fórmula de Bhaskara, basta substituir coeficientes e discriminante na seguinte expressão:

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2 \cdot a}$$

Observe a presença de um sinal \pm na fórmula de Bhaskara. Esse sinal indica que deveremos fazer um cálculo para $\sqrt{\Delta}$ positivo e outro para $\sqrt{\Delta}$ negativo. Ainda no exemplo $4x^2 - 4x - 24 = 0$, substituiremos seus coeficientes e seu discriminante na fórmula de Bhaskara:

$$\begin{aligned} x &= \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2 \cdot a} \\ x &= \frac{-(-4) \pm \sqrt{400}}{2 \cdot 4} \\ x &= \frac{4 \pm 20}{8} \\ x' &= \frac{4 + 20}{8} = \frac{24}{8} = 3 \\ x'' &= \frac{4 - 20}{8} = \frac{-16}{8} = -2 \end{aligned}$$

Então, as soluções dessa equação são 3 e -2 , e seu conjunto de solução é: $S = \{3, -2\}$.

— Soma e Produto

Nesse método é importante conhecer os divisores de um número. Ele se torna interessante quando as raízes da equação são números inteiros, porém, quando são um número decimal, esse método fica bastante complicado.

A soma e o produto é uma relação entre as raízes x_1 e x_2 da equação do segundo grau, logo devemos buscar quais são os possíveis valores para as raízes que satisfazem a seguinte relação:

$$\begin{aligned} x_1 + x_2 &= \frac{-b}{a} \\ x_1 \cdot x_2 &= \frac{c}{a} \end{aligned}$$

Exemplo: Encontre as soluções para a equação $x^2 - 5x + 6 = 0$.

1º passo: encontrar a , b e c .

- $a = 1$
- $b = -5$
- $c = 6$

2º passo: substituir os valores de a , b e c na fórmula.

2 <https://escolakids.uol.com.br/matematica/equacoes-segundo-grau.htm#:~:text=Toda%20equa%C3%A7%C3%A3o%20que%20puder%20ser,a%20zero%20em%20hip%C3%B3tese%20alguma.>
3 <https://www.preparaenem.com/matematica/equacao-do-2-grau.htm>

4 <https://mundoeducacao.uol.com.br/matematica/discriminante-uma-equacao-segundo-grau.htm>

$$x_1 + x_2 = \frac{-(-5)}{1}$$

$$x_1 \cdot x_2 = \frac{6}{1}$$

$$x_1 + x_2 = 5$$

$$x_1 \cdot x_2 = 6$$

3º passo: encontrar o valor de x_1 e x_2 analisando a equação.

Nesse caso, estamos procurando dois números cujo produto seja igual a 6 e a soma seja igual a 5.

Os números cuja multiplicação é igual a 6 são:

I. $6 \times 1 = 6$

II. $3 \times 2 = 6$

III. $(-6) \times (-1) = 6$

IV. $(-3) \times (-2) = 6$

Dos possíveis resultados, vamos buscar aquele em que a soma seja igual a 5. Note que somente a II possui soma igual a 5, logo as raízes da equação são $x_1 = 3$ e $x_2 = 2$.

— **Equação do 2º Grau Incompleta**

Equação do 2º grau é incompleta quando ela possui b e/ou c iguais a zero⁴. Existem três tipos dessas equações, cada um com um método mais adequado para sua resolução.

Uma equação do 2º grau é conhecida como incompleta quando um dos seus coeficientes, b ou c, é igual a zero. Existem três casos possíveis de equações incompletas, que são:

- Equações que possuem $b = 0$, ou seja, $ax^2 + c = 0$;

- Equações que possuem $c = 0$, ou seja, $ax^2 + bx = 0$;

- Equações em que $b = 0$ e $c = 0$, então a equação será $ax^2 = 0$.

Em cada caso, é possível utilizar métodos diferentes para encontrar o conjunto de soluções da equação. Por mais que seja possível resolvê-la utilizando a fórmula de Bhaskara, os métodos específicos de cada equação incompleta acabam sendo menos trabalhosos. A diferença entre a equação completa e a equação incompleta é que naquela todos os coeficientes são diferentes de 0, já nesta pelo menos um dos seus coeficientes é zero.

Como Resolver Equações do 2º Grau Incompletas

Para encontrar as soluções de uma equação do 2º grau, é bastante comum a utilização da fórmula de Bhaskara, porém existem métodos específicos para cada um dos casos de equações incompletas, a seguir veremos cada um deles.

Quando $c = 0$

Quando $c = 0$, a equação do 2º grau é incompleta e é uma equação do tipo $ax^2 + bx = 0$. Para encontrar seu conjunto de soluções, colocamos a variável x em evidência, reescrevendo essa equação como uma equação produto. Vejamos um exemplo a seguir.

Exemplo: Encontre as soluções da equação $2x^2 + 5x = 0$.

1º passo: colocar x em evidência.

Reescrevendo a equação colocando x em evidência, temos que:

$$2x^2 + 5x = 0$$

$$x \cdot (2x + 5) = 0$$

2º passo: separar a equação produto em dois casos.

Para que a multiplicação entre dois números seja igual a zero, um deles tem que ser igual a zero, no caso, temos que:

$$x \cdot (2x + 5) = 0$$

$$x = 0 \text{ ou } 2x + 5 = 0$$

3º passo: encontrar as soluções.

Já encontramos a primeira solução, $x = 0$, agora falta encontrar o valor de x que faz com que $2x + 5$ seja igual a zero, então, temos que:

$$2x + 5 = 0$$

$$2x = -5$$

$$x = -5/2$$

Então encontramos as duas soluções da equação, $x = 0$ ou $x = -5/2$.

Quando $b = 0$

Quando $b = 0$, encontramos uma equação incompleta do tipo $ax^2 + c = 0$. Nesse caso, vamos isolar a variável x até encontrar as possíveis soluções da equação. Vejamos um exemplo:

Exemplo: Encontre as soluções da equação $3x^2 - 12 = 0$.

Para encontrar as soluções, vamos isolar a variável.

$$3x^2 - 12 = 0$$

$$3x^2 = 12$$

$$x^2 = 12 : 3$$

$$x^2 = 4$$

Ao extrair a raiz no segundo membro, é importante lembrar que existem sempre dois números e que, ao elevarmos ao quadrado, encontramos como solução o número 4 e, por isso, colocamos o símbolo de \pm .

$$x = \pm\sqrt{4}$$

$$x = \pm 2$$

Então as soluções possíveis são $x = 2$ e $x = -2$.

Quando $b = 0$ e $c = 0$

Quando tanto o coeficiente b quanto o coeficiente c são iguais a zero, a equação será do tipo $ax^2 = 0$ e terá sempre como única solução $x = 0$. Vejamos um exemplo a seguir.

Exemplo:

$$3x^2 = 0$$

$$x^2 = 0 : 3$$

$$x^2 = 0$$

$$x = \pm\sqrt{0}$$

$$x = \pm 0$$

$$x = 0$$

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS E REAIS; INTERVALOS NUMÉRICOS; OPERAÇÕES ENTRE CONJUNTOS. POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO

Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem.

Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6 \dots\}$$

- Todo número natural dado tem um sucessor

a) O sucessor de 0 é 1.

b) O sucessor de 1000 é 1001.

c) O sucessor de 19 é 20.

Usamos o * para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6 \dots\}$$

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe.⁵

Fonte

É responsável por fornecer energia às partes que compõe um computador, de forma eficiente e protegendo as peças de surtos de energia.



Fonte⁶

Placas de vídeo

Permitem que os resultados numéricos dos cálculos de um processador sejam traduzidos em imagens e gráficos para aparecer em um monitor.



Placa de vídeo⁷

Periféricos de entrada, saída e armazenamento

São placas ou aparelhos que recebem ou enviam informações para o computador. São classificados em:

– **Periféricos de entrada:** são aqueles que enviam informações para o computador. Ex.: teclado, mouse, scanner, microfone, etc.



Periféricos de entrada.⁸

⁵ <https://www.terabyteSHOP.com.br/produto/9640/placa-mae-biostar-b-360mhd-pro-ddr4-lga-1151>

⁶ <https://www.magazineluiza.com.br/fonte-atx-alimentacao-pc-230w-01001-xway/p/dh97g572hc/in/ftpc>

⁷<https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/12/conheca-melhores-placas-de-video-lancadas-em-2012.html>

⁸<https://mind42.com/public/970058ba-a8f4-451b-b121-3ba35c51e1e7>

– **Periféricos de saída:** São aqueles que recebem informações do computador. Ex.: monitor, impressora, caixas de som.



Periféricos de saída.⁹

– **Periféricos de entrada e saída:** são aqueles que enviam e recebem informações para/do computador. Ex.: monitor touchscreen, drive de CD – DVD, HD externo, pen drive, impressora multifuncional, etc.



Periféricos de entrada e saída.¹⁰

– **Periféricos de armazenamento:** são aqueles que armazenam informações. Ex.: pen drive, cartão de memória, HD externo, etc.



Periféricos de armazenamento.¹¹

Software

Software é um agrupamento de comandos escritos em uma linguagem de programação¹². Estes comandos, ou instruções, criam as ações dentro do programa, e permitem seu funcionamento.

Um software, ou programa, consiste em informações que podem ser lidas pelo computador, assim como seu conteúdo audiovisual, dados e componentes em geral. Para proteger os direitos do criador do programa, foi criada a licença de uso. Todos estes componentes do programa fazem parte da licença.

A licença é o que garante o direito autoral do criador ou distribuidor do programa. A licença é um grupo de regras estipuladas pelo criador/distribuidor do programa, definindo tudo que é ou não é permitido no uso do software em questão.

Os softwares podem ser classificados em:

– **Software de Sistema:** o software de sistema é constituído pelos sistemas operacionais (S.O). Estes S.O que auxiliam o usuário, para passar os comandos para o computador. Ele interpreta nossas ações e transforma os dados em códigos binários, que podem ser processados

– **Software Aplicativo:** este tipo de software é, basicamente, os programas utilizados para aplicações dentro do S.O., que não estejam ligados com o funcionamento do mesmo. Exemplos: Word, Excel, Paint, Bloco de notas, Calculadora.

– **Software de Programação:** são softwares usados para criar outros programas, a partir de uma linguagem de programação, como Java, PHP, Pascal, C+, C++, entre outras.

– **Software de Tutorial:** são programas que auxiliam o usuário de outro programa, ou ensine a fazer algo sobre determinado assunto.

– **Software de Jogos:** são softwares usados para o lazer, com vários tipos de recursos.

– **Software Aberto:** é qualquer dos softwares acima, que tenha o código fonte disponível para qualquer pessoa.

Todos estes tipos de software evoluem muito todos os dias. Sempre estão sendo lançados novos sistemas operacionais, novos games, e novos aplicativos para facilitar ou entreter a vida das pessoas que utilizam o computador.

AMBIENTES OPERACIONAIS: WINDOWS 10 PRO

Lançado em 2015, O Windows 10 chega ao mercado com a proposta ousada, juntar todos os produtos da Microsoft em uma única plataforma. Além de desktops e notebooks, essa nova versão equipará smartphones, tablets, sistemas embarcados, o console Xbox One e produtos exclusivos, como o Surface Hub e os óculos de realidade aumentada HoloLens¹³.

Versões do Windows 10

– **Windows 10 Home:** edição do sistema operacional voltada para os consumidores domésticos que utilizam PCs (desktop e notebook), tablets e os dispositivos “2 em 1”.

⁹ <https://aprendafazer.net/o-que-sao-os-perifericos-de-saida-para-que-servem-e-que-tipos-existem>

¹⁰ <https://almeida3.webnode.pt/trabalhos-de-tic/dispositivos-de-entrada-e-saida>

¹¹ <https://www.slideshare.net/contatoharpa/perifricos-4041411>

¹² <http://www.itvale.com.br>

¹³ <https://estudioaulas.com.br/img/ArquivosCurso/materialDemo/SlideDemo-4147.pdf>

CONHECIMENTOS GERAIS

ção da produção industrial, o plano de desativação (inerente aos projetos de cidades-empresa) optado pela Klabin envolveu a progressiva transferência dos operários para outra localidade. Nesse sentido, em 1952, Horácio Klabin, um dos diretores administrativos da Klabin, organizou um loteamento do lado oposto a fábrica em relação ao rio Tibagi, para a formação de um núcleo habitacional independente da empresa. Surgiu, então, “Cidade Nova”.

Logo após o início do loteamento, visando estimular a transferência dos trabalhadores de Monte Alegre para Cidade Nova, os lotes foram vendidos em prestações acessíveis aos trabalhadores e Klabin doou as casas em madeira habitadas por seus operários e famílias para serem desmontadas e montadas no novo endereço. Nesse mesmo intuito, ocorreu também a construção da ponte de concreto sobre o rio Tibagi e o bonde aéreo.

Desse período em diante, Cidade Nova só cresceu. O aumento da cidade contribuiu para o desejo de independência local. Diversas foram as ações visando a emancipação da localidade, até o momento em que interesses políticos contribuíram para a emancipação local:

“Com uma rápida tramitação na Assembleia Legislativa do Estado, foi aprovado um projeto de lei que criava 59 novos municípios no Paraná. Esse projeto transformou-se, com a sanção do Governador Moysés Lupion, na Lei n. 4.245 de 25 de julho de 1960 que criava, entre os 59 municípios referidos, o Município de Cidade Nova. (CARVALHO, 2006, p. 121).”

Por se tratar de um estratagema político, a criação do município era uma forma de manter o domínio do grupo que se aliava aos interesses da oposição local. Assim, após as eleições de 1960, que elegeu Ney Aminthas de Barros Braga, em 31 de dezembro de 1960, a Assembleia Legislativa do Estado promulgou a Lei n. 26/60, que extinguiu o município de Cidade Nova.

As discussões políticas em torno da elevação de Monte Alegre e Cidade Nova à município independente de Tibagi seguiram. Em 5 de julho de 1963, foi sancionada a Lei n. 5.738, criando o município de Telêmaco Borba. O nome escolhido gerou controvérsias, já que a escolha se deu por influência então Presidente da Assembleia Legislativa Estadual, Deputado Guataçara Borba Carneiro, neto do coronel tibagiano Telêmaco Augusto Enéias Morosini Borba – contrariando aqueles que preferiam o nome da cidade atrelado à indústria[6].

As primeiras eleições do agora município de Telêmaco Borba foram realizadas em 1º de março de 1964, elegendo Péricles Pacheco da Silva como prefeito e mais 9 vereadores – entre eles, uma mulher eleita e outra suplente (Zélia de Lourdes Almeida Battezzati e Eloah Martins Quadrado, respectivamente). A instalação oficial do município de Telêmaco Borba ocorreu em 21 de março de 1964, data em que os governantes tomaram posse de seus mandatos.

O município seguiu crescendo e se desenvolvendo. Por essa razão, em 1966 foi criado o distrito de Imbaú, elevado à categoria de município pela lei estadual n. 11.220, de 8 de dezembro de 1995.

DADOS DO IBGE

POPULAÇÃO

População estimada [2021]	80.588 pessoas
População no último censo [2010]	69.872 pessoas
Densidade demográfica [2010]	50,53 hab/km ²

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2020, o salário médio mensal era de 3,0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 27,9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 6 de 399 e 69 de 399, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 135 de 5570 e 649 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 34,9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 140 de 399 dentre as cidades do estado e na posição 3590 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2020]	3,0 salários mínimos
Pessoal ocupado [2020]	22.251 pessoas
População ocupada [2020]	27,9 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	34,9 %

EDUCAÇÃO

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	98,4 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	6,1
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,3
Matrículas no ensino fundamental [2021]	10.038 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	2.752 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	514 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	267 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	45 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	15 escolas

ECONOMIA

PIB per capita [2019]	45.262,30 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	-
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,734
Total de receitas realizadas [2017]	260.173,86 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	205.589,45 R\$ (×1000)

SAÚDE

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9.62 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 2.5 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 169 de 399 e 130 de 399, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2851 de 5570 e 1321 de 5570, respectivamente.

Mortalidade Infantil [2020]	9,62 óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	2,5 internações por mil habitantes
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	29 estabelecimentos

TERRITÓRIO E AMBIENTE

Apresenta 73.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 79.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 50.6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 45 de 399, 271 de 399 e 92 de 399, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1224 de 5570, 2439 de 5570 e 412 de 5570, respectivamente.

Área da unidade territorial [2021]	1.382,860 km ²
Área urbanizada [2019]	20,96 km ²
Esgotamento sanitário adequado [2010]	73,7 %
Arborização de vias públicas [2010]	79,5 %
Urbanização de vias públicas [2010]	50,6 %
População exposta ao risco [2010]	Sem dados
Bioma [2019]	Cerrado; Mata Atlântica
Sistema Costeiro-Marinho [2019]	Não pertence
Hierarquia urbana [2018]	Centro Subregional B (3B)
Região de Influência [2018]	Arranjo Populacional de Curitiba/PR - Metrópole (1C)

Região intermediária [2021]	Ponta Grossa
Região imediata [2021]	Telêmaco Borba
Mesorregião [2021]	Centro Oriental Paranaense
Microrregião [2021]	Telêmaco Borba

Estado do Paraná

A história do Estado do Paraná remonta há cerca de 9000 anos. As provas materiais dessa história são encontradas em todo o território paranaense nos vários sítios arqueológicos já pesquisados como: os sambaquis no litoral e as pinturas rupestres, nos Campos Gerais. Nesses locais encontramos vestígios materiais importantes que revelam como viviam os habitantes desta terra antes da vinda dos primeiros europeus para a América.

Particularmente, no Paraná, a ocupação europeia aconteceu por duas vias: uma espanhola e a outra portuguesa.

Desde o início do século XVI, exploradores europeus atravessaram de norte a sul e de leste a oeste, o território paranaense tendo sempre como ponto de partida foi o litoral atlântico. O primeiro europeu a percorrer toda a extensão deste território foi o bandeirante Aleixo Garcia. Em 1541 Dom Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca, partindo da Ilha de Santa Catarina seguiu por terra em direção a oeste tomando posse simbólica deste território em nome da Espanha. Nesta fase a Coroa Espanhola cria cidades e algumas reduções para assegurar o seu território determinado pelo Tratado de Tordesilhas - acordo bilateral entre os reinos ibéricos de Portugal e Espanha.

No ano de 1554 é criada a primeira povoação europeia em território paranaense, a vila de Ontiveros, às margens do rio Paraná, perto da foz do rio Ivaí. Dois anos depois, o povoamento se transfere para perto da foz do rio Piquiri, recebendo o nome de Ciudad Real del Guairá - hoje município de Terra Roxa -, que juntamente com Vila Rica do Espírito Santo - nas margens do rio Ivaí - formou a província de Vera ou do Guairá.

No início do século XVI os portugueses criaram duas capitanias sobre o nosso litoral. A primeira, a Capitania de São Vicente, na região compreendida entre a Barra de Paranaguá e a de Bertioga. A segunda, a Capitania de Sant'Ana, desde a Barra de Paranaguá até onde fosse legítima pelo Tratado de Tordesilhas; mas, referências históricas, datadas de 1540, nos dão conta da existência de moradores na baía de Paranaguá vindos de Cananéia e São Vicente.

Em meados de 1600 intensifica-se a presença dos vicentinos (moradores da capitania de São Vicente) em todo o litoral e nos Campos de Curitiba, em 1648 o povoado de Paranaguá é elevado a categoria de Vila com a denominação de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.

Diogo de Unhate foi o primeiro português a requerer terras em solo paranaense; em 1614 obteve uma Sesmaria na região de Paranaguá, localizada entre os rios Ararapira e Superagüi. Na sequência, em 1617 Gabriel de Lara funda uma povoação na Ilha da Cotinga, que depois transferiu para a margem esquerda do rio Taquaré (hoje Itiberê).

1. O Povoamento do Território Paranaense

Três foram as ondas povoadoras que em conjunturas diversas e com motivações distintas realizaram a ocupação e formaram as comunidades regionais que constituem o atual Estado do Paraná. Quais sejam:

Em sentido estrito poderia-se incluir os bens das entidades não-públicas que desempenham serviço público, ou integram a Administração Pública indireta, no entanto, os bens das entidades paraestatais não se encaixam na categoria de públicos, por não se imputar-lhes o essencial do regime jurídico dos bens públicos, isto é, inalienabilidade, impenhorabilidade, imprescritibilidade.

A soberania territorial do Estado está bastante ligada à relação bem público – domínio do Estado, no entanto, necessário se faz dizer que no Estado Democrático de Direito, o Estado cumpre, por meio de suas funções, as competências que lhe são constitucionalmente atribuídas, não tendo, por isso, um “domínio” irrestrito sobre todos os bens.

Bem Público é aquele que por determinação legal ou por sua própria natureza, pode ser utilizado por todos em igualdade de condições, sem necessidade de consentimento individualizado por parte da Administração.

Outros bens há, contudo, sobre os quais o Estado exerce um domínio eminente, ainda que sendo eles da propriedade privada, simplesmente pelo fato de estarem em seu território e suscitarem interesse público. Aí, a expressão de sua soberania, a manifestação do *summa potestas* – a qualidade que tem o poder de ser supremo dentro dos limites de sua ação.

O Código Civil os reparte inicialmente em públicos e particulares, esclarecendo que são públicos os do domínio nacional, pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios, e, por exclusão, declara que são particulares todos os outros, seja qual for a pessoa a que pertencerem – art. 98 e ss.. São bens públicos os que, originariamente integrando o patrimônio nacional, os bens transferidos a autarquias e fundações públicas.

Então, ainda que pertencentes a um ente público, estão franqueados para uso e fruição de todos, normalmente, sem restrições ou ônus (não desfigura sua natureza se a Administração condiciona tal a requisitos peculiares, estabelecendo condição de uso ou o pagamento da retribuição admitida no art. 103 do Código Civil).

Já aos bens das entidades paraestatais – empresas públicas, sociedades de economia mista, serviços autônomos etc. – são bens públicos com destinação especial e administração particular das instituições a que foram transferidos para consecução dos fins estatutários.

A despeito de serem bens públicos, dada sua destinação especial a organizações de personalidade privada e sua administração em moldes particulares, os bens das entidades paraestatais prestam-se a oneração como garantia real e sujeitam-se a penhora por dívidas da entidade, como, também, podem ser alienados na forma estatutária, independentemente de lei. No mais, regem-se pelas normas do Direito Público, inclusive quanto à imprescritibilidade por usucapião, uma vez que, se desviados dos fins especiais a que foram destinados, retornam à sua condição originária do patrimônio de que se destacaram.

Da classificação

A Constituição Federal, em seus arts. 20 e 26, enumeram os bens da União e os bens dos Estados, mencionando também são as terras devolutas, aquelas que são do Estado, mas sem destinação de uso comum, uso especial, ou uso dominial.

Pelo Código Civil, os bens podem ser de uso comum do povo (uso indistinto das pessoas, como praças, ruas, estradas etc), de uso especial (possuem destinação a local de prestação de serviço público) e dominiais ou dominiais (Estado é proprietário, como se fosse um particular). A afetação de um bem ao uso comum é a destinação que se lhe atribui, ou por ser de sua natureza, ou por lei, ou ato administrativo, ao uso comum do povo. A desafetação ocorre quando do trespasso do bem ao uso especial, ou dominial, por meio de lei.

Podem ser federais, estaduais ou municipais, conforme a entidade política a que pertençam ou o serviço autárquico, fundacional ou paraestatal a que se vinculem.

Todos os bens públicos são bens nacionais, por integrantes do patrimônio da Nação, na sua unicidade estatal, mas, embora politicamente componham o acervo nacional, civil e administrativamente pertencem a cada uma das entidades públicas que os adquiriram.

Segundo a destinação os bens públicos em três categorias:

I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II – os de uso especial, tais como os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III – os dominiais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único – não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominiais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Todos os bens vinculados ao Poder Público por relações de domínio ou de serviço ficam sujeitos à sua administração. Daí o dizer-se que uns são bens do domínio público, e outros, bens do patrimônio administrativo. Com mais rigor técnico, tais bens são reclassificados, para efeitos administrativos em:

- bens do domínio público (os da primeira categoria: de uso comum do povo);

- bens patrimoniais indisponíveis (os da segunda categoria: de uso especial);

- bens patrimoniais disponíveis (os da terceira e última categoria: dominiais), segundo se lê no Regulamento da Contabilidade Pública.

Bens de uso comum ou bens do domínio público

São os de uso indistinto das pessoas, como os rios, mares, praias, estradas, ruas e praças

Enfim, todos os locais abertos à utilização pública adquirem esse caráter de comunidade, de uso coletivo, de fruição própria do povo. Sob esse aspecto pode o domínio público definir-se como a forma mais completa da participação de um bem na atividade de administração pública.

Bens de uso especial ou bens do patrimônio indisponível

São os que se destinam especialmente à execução dos serviços públicos e, por isso mesmo, são considerados instrumentos desses serviços. Não integram propriamente a Administração, mas constituem o aparelhamento administrativo, tais como os edifícios das repartições públicas, os terrenos aplicados aos serviços públicos, os veículos da Administração, os matadouros, os mercados e outras serventias que o Estado põe à disposição do público, mas com destinação especial.

Bens dominiais ou bens dominiais ou bens do patrimônio fiscal ou bens do patrimônio disponível

São aqueles que, embora integrando o domínio público como os demais, deles diferem pela possibilidade sempre presente de serem utilizados em qualquer fim ou, mesmo, alienados pela Administração, se assim o desejar. Daí por que recebem também a denominação de bens patrimoniais disponíveis ou de bens do patrimônio fiscal. Tais bens integram o patrimônio do Estado como objeto de direito pessoal ou real, isto é, sobre eles a Administração exerce poderes de proprietário, segundo os preceitos de direitos constitucional e administrativo.

Todas as entidades públicas podem ter bens patrimoniais disponíveis, isto é, bens não destinados ao povo em geral, nem empregados no serviço público, os quais permanecem à disposição da Administração para qualquer uso ou alienação, na forma que a lei autorizar.

Serviços de vigilância de logradouros e instalações públicas, ações de defesa civil, preservação da segurança e a ordem em prédios públicos, proteção ambiental, aplicação de normas de saúde, sossego, higiene, funcionalidade, estética e moralidade

A extensão do poder é hoje muito ampla, abrangendo desde a proteção à moral e aos bons costumes, a preservação da saúde pública, o controle de publicações, a segurança das construções e dos transportes, até a segurança nacional em particular.

Daí encontrarmos nos Estados modernos a Polícia Sanitária, das construções, das águas, da atmosfera, florestal, de trânsito, dos meios de comunicação e divulgação, das profissões, ambiental, a polícia da economia popular e tantas outras que atuam sobre atividades que afetam ou possam afetar os superiores interesses da coletividade a que incumbe ao Estado velar e proteger. Onde houver interesse da coletividade ou do próprio Estado, haverá correlativamente igual poder de polícia administrativa para a proteção desses interesses. É a regra sem exceção. Para um melhor entendimento, como exemplo, podemos citar a fiscalização sanitária, onde a Secretaria Municipal de Higiene e Saúde procura proteger o interesse público quanto à higiene, fazendo fiscalizações em estabelecimentos diversos, visando a higiene, conservação de produtos alimentícios etc., em defesa da saúde pública, imputando, inclusive, penalidades para os que apresentarem irregularidades, chegando ao fechamento do estabelecimento até a normalização das condições ideais de funcionamento. Esta atitude nada mais é que o exercício do poder de polícia por um órgão específico, numa área de sua competência funcional.

É importante frisar que essa competência é cabível apenas àquele órgão, sendo que somente através dele é possível a aplicação de tais sanções. A partir desse exemplo nota os que o município, por sua vez, necessita do poder de polícia para atender a assuntos que são de sua competência em benefício da população. É o caso das Guardas Municipais, onde a Constituição Federal, em seu artigo 144, § 8º, lhe dá o poder de polícia para a proteção de bens serviços e instalações municipais. Está claro então, o limite de nossa competência funcional, ou seja, nosso poder de polícia, onde a proteção do patrimônio, e dos serviços municipais são em geral nossas missões precípuas.

A guarda municipal diante das normas em vigor, ganhou por merecimento o status de Polícia Municipal, a fim de zelar com apreço e profissionalismo pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município, prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais, atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais, colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social, colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas, exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos do Código de Trânsito Nacional, ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal, proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas

educativas e preventivas, cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades, interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades, estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas, articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município, integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal.

Devem os aguerridos profissionais da Polícia Municipal garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando depaerarem-se com elas, encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime; quando possível e sempre que necessário, contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal; por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte, desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal; auxiliar na segurança de grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e na proteção de autoridades e dignatários e atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo docente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

Ela também é competente para estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas. Pode também articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município.

Finalmente também é competente para integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal.

Em relação às competências de trânsito, ela exercer as que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal. O Município pode constituir guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações.

Dentre do campo de estudos e ações preventivas, a Guarda Municipal tem competência para contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte. É competente também para desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal.

Segundo o Estatuto Geral da Guarda Municipal e o Estatuto da guarda municipal de Arapongas, tudo o que foi mencionado é dever do guarda civil municipal, mantendo a ordem, o sossego, a higiene, a funcionalidade e preservando o ambiente de forma que se cumpra os citados Estatutos.

Conceitos

Segurança pública: É a garantia que o Estado (União, Unidades Federativas e Municípios) proporciona à Nação, a fim de assegurar a Ordem pública contra a violação de toda espécie, desde que não contenham conotações ideológicas.